

EXISTÊNCIAS (IM) PENSÁVEIS, VIVÊNCIAS CONDENÁVEIS: QUANDO A VIDA SE TORNA PRESCRITIVA

EXISTENCES (UN) THINKABLE, REPREHENSIBLE EXPERIENCES: WHEN LIFE BECOMES PRESCRIPTIVE

Rafael França Gonçalves dos Santos

Doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil

e-mail: rafael.fgs@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3662-2456>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v6i12.19274>

Recebido em 21 de janeiro de 2018

Aprovado em 6 de outubro de 2018

RESUMO

Este texto tem como propósito apresentar as bases de uma reflexão sobre a histórica formação da ideia de um modo de vida prescritivo. Para tanto, aproprio-me da reflexão feita por Michel Foucault sobre o que é um modo de vida; pretendo considerar como esta possibilidade criativa de uma existência ética e livre pode ser transformada em uma reiteração das normas e hierarquias existentes, particularmente a partir de dois marcadores sociais: o gênero e a sexualidade.

Palavras-chave: Modo de vida; Prescrição; Gênero; Sexualidade

ABSTRACT

This writing aims to introduce the foundations of an initial reflection on the historical formation of the concept of a prescriptive way of life. To do so, I prepare the reflection made by Michel Foucault on what is a way of life; I intend to consider how this ethic and creative possibility of free existence can be transformed into a reiteration of existing standards and hierarchies, particularly from two markers: the gender and sexuality.

Keywords: Way of life; Prescription; Gender; Sexuality

QUESTÕES INICIAIS

O que é um modo de vida? Como, na contemporaneidade, têm sido produzidos os sujeitos, as subjetividades? De que maneira e por que o poder forma, cria e provoca a criação de subjetividades moldadas sob o signo da aceitação, ao mesmo tempo que qualifica e nomeia diversas outras como abjetas, inaceitáveis e desprezíveis?

Essas e outras questões poderiam ser indicadas como disparadores para justificar o interesse por esse tema de reflexão, e de alguma maneira fazem parte das interrogações daqueles e daquelas que se aventuram pelas pesquisas que envolvem os debates de gênero e sexualidade; o que permite, sugere e nos convoca a refletir sobre a invenção dos modos de vida. Paralelamente a tudo isso há um interesse em indagar, pensar e problematizar as históricas formas de produção das subjetividades. Nesse sentido, a subjetividade é compreendida, conforme a noção foucaultiana como um processo dado a partir das experiências localizadas no tempo e no espaço. E, como lembra Deleuze:

Foucault não emprega a palavra sujeito como uma pessoa ou forma de identidade, mas os termos “subjetivação”, como sentido de processo, e “si”, no sentido de relação (relação a si). E do que se trata? Trata-se de uma relação de força consigo (ao passo que o poder era a relação da força com outras forças), trata-se de uma “dobra” da força.¹

Portanto, refletir sobre essa dinâmica de produção de subjetividade, ou os chamados processos de subjetivação, torna-se tarefa urgente neste momento histórico em que se observa a proliferação dos diversos movimentos sociais com reivindicações baseadas nas desigualdades de gênero, sexualidade, raça, etnia dentre muitas outras. Esses movimentos têm tomado a cena pública, tanto no Brasil quanto em outros países. O feminismo, o movimento negro, indígena e LGBT (todos eles no plural e com imensas variações) tem constituído e mobilizado uma série de formas de organização que pautam a defesa dos “direitos humanos” de grupos historicamente invisibilizados e excluídos dos desses direitos ditos universais, marcadamente com a Revolução Francesa, em 1789, e posteriormente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948².

De maneira geral, poder-se-ia pensar que esses movimentos reivindicatórios conduziram, teleologicamente, à criação de subjetividades livres das normas e poderes que historicamente as marginalizam. Nessa esteira, eles seriam uma possibilidade de criação de dinâmicas não normativas, capazes de driblar os tentáculos de captura do poder que engendram os circuitos de violência, muitas vezes produtores das diversas formas de exclusão e abjeção. Mas será isso verdade? Quais limites podem ser encontrados nos discursos dos movimentos sociais que permitiriam desconfiar daquilo que é pregado como liberdade?

¹ DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 116.

² HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

Considerando os limites desse texto escrito e a impossibilidade de mapear todos esses movimentos citados, a reflexão apresentada a seguir dará atenção a algumas produções acadêmicas localizadas nos estudos de gênero e sexualidade, particularmente naquelas nomeadas como feministas.

MODOS DE VIDA OU UMA VIDA SEM MODOS!

Nos últimos anos de sua produção intelectual, Michel Foucault apresenta uma inquietação que orientará parte de seus estudos, nomeadamente a questão da estética da existência. Recorrendo aos gregos, Foucault se depara com essas problematizações sobre a criação da vida como uma obra de arte, e passa então a indagar as formas possíveis de criação da existência. Um dos textos emblemáticos, nesse sentido, é uma entrevista do filósofo francês intitulada *Da amizade como modo de vida*. Nessa entrevista Foucault reflete sobre os homossexuais, e imagina como estes poderiam criar uma existência menos domada pelos circuitos do poder institucionalizado, ou seja, inventar uma existência criativa, diversa e, em última instância, ética. Nesse escopo, Foucault insere a noção de modo de vida e explica que:

Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade e atividades sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se parecem com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e uma ética. Ser gay é, creio, não se identificar os traços psicológicos e às máscaras visíveis do homossexual, mas buscar definir e desenvolver um modo de vida.³

Inicialmente, portanto, pode-se pensar que o modo de vida está associado a uma prática de liberdade, uma possibilidade de criação, invenção e produção de formas de (re) existência ao que foi historicamente definido como aceitável. Entretanto, o universo do possível pode estar distante de sua concretização na realidade. Aquilo que seria a invenção de uma liberdade autônoma e criativa pode se tornar a reiteração de repertórios e regras de conduta.

É neste ponto que a ideia de prescrição se insere como uma quebra, uma armadilha e possibilita um questionamento sobre o potencial presente nesses discursos que

³ FOUCAULT, M. De l'amitié comme mode de vie. *Gai Pied*, n. 25, p. 38-39, 1981. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/12/599/>. Acesso em: 12 nov. 2014.

pretendem a liberdade dos sujeitos. As práticas de liberdade, as formas criativas de vida e as existências éticas e estéticas podem ser capturadas pelos discursos feitos com tom imperativo, que invocam a patrulha das condutas, sob o argumento de que esse movimento é justificável pelo ideal de liberdade que se almeja. Para melhor explicar essa ideia apresentada tomo como campo de análise o movimento feminista.⁴ Tal escolha se deu a partir do contato com a literatura apresentada ao longo do texto; destaque, porém, que uma reflexão semelhante, considerando-se as especificidades de gênero, classe, raça/etnia e/ou geracionais, também poderia ser feita a partir da análise de grupos homossexuais ou étnico-raciais, por exemplo, na medida em que são grupos considerados desviantes, minoritários ou dissidentes a partir de algum marcador social da diferença.

O movimento historicamente chamado de feminista é tradicionalmente reconhecido pelo engajamento das mulheres nas lutas pela emancipação feminina e igualdade entre os sexos, reivindicando uma posição de sujeito de direitos, tal como fora conferido aos homens. No longo processo em curso no mundo Ocidental, particularmente a partir do final do século XVIII, a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã, assinada por Olympe de Gouges⁵ é um dos marcos dessa luta por igualdade no mundo Ocidental. Ao longo do XIX, portanto, a categoria *mulher* fora construída como sendo capaz de se referir a um sujeito universal e universalizante, tal como teria sido feito com o homem masculino. Ela teria a mesma sede de liberdade em todos os lugares do mundo. Assim, a ideia em voga permitiria que as mulheres trilhassem um caminho em busca dos direitos civis e políticos, e o anseio por uma liberdade que se equiparasse à masculina. Os estudos acadêmicos produzidos por diversas historiadoras na segunda metade do século XX dão destaque a essa luta empreendida pelas mulheres⁶ em busca da liberdade civil, política e social. Nesse cenário caberia uma questão cuja resposta parece certa, mas talvez não seja: que mulher em sã consciência não aspiraria à sua liberdade? Se a

⁴ Destaco reconhecer que o movimento feminista não é único e tampouco homogêneo, e é justamente essa diversidade de posições dentro do próprio movimento que permitirá o desenvolvimento da análise proposta no texto. Convém pontuar, também, que a vasta literatura produzida sobre o tema não será contemplada nos limites desse texto em função do propósito, que é o debate sobre os modos de vida prescritivos. Assim, do mesmo modo que a reflexão será feita a partir do diálogo com os feminismos, também poderia ser a partir do que atualmente se denomina de movimento LGBTI+.

⁵ SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

⁶ Além dos clássicos trabalhos de Michelle Perrot, merece destaque o livro de Joan W. Scott, “A cidadã paradoxal”, que apresenta a trajetória de cinco importantes mulheres desde a Revolução Francesa até as primeiras décadas do século passado lutando pela conquista dos direitos para as mulheres.

dominação masculina, como pressupôs Pierre Bourdieu⁷ organiza estruturalmente as relações em todas as sociedades, seria evidente que todas as *mulheres* almejassem o rompimento com tal sistema; talvez somente aquelas que estivessem alienadas e submetidas às estruturas patriarcais e machistas é que não conseguiriam buscar o rompimento.

Esta visão unívoca e simplificadora das relações sociais foi fortemente propalada por uma vertente do feminismo, que não levaria em consideração as especificidades das mulheres negras, de periferia, lésbicas dentre muitas outras. É desta compreensão, e pretendendo uma análise crítica a certo modo de compreensão das ideias elaboradas no próprio movimento feminista, que pretendo conduzir um fio analítico para desenvolver alguns comentários sobre a ideia de prescrição associada à noção de modo de vida.

Os debates acadêmicos cada vez mais verticalizados, o surgimento de grupos e núcleos de estudos no Brasil e exterior e a consolidação dos estudos de gênero e sexualidade é o contexto que permite, incita e provoca a reflexão sobre quem seria o sujeito do feminismo; até mesmo o questionamento da homogeneidade dos sujeitos que participam desse movimento.

Isso não significou, porém, que possamos considerar que há um consenso, que todas e todos refletem na mesma direção. Ainda que as reflexões suscitadas nos e pelos Estudos de Gênero propusessem uma compreensão não essencializante e biologizante do gênero, existem grupos que pautam seus discursos e reflexões com argumentos que reivindicam a condição biológica para nomear um corpo como feminino ou masculino. Um dos efeitos desse tipo de postura é o surgimento de outros e novos discursos, resistências e enfrentamento.

No 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado em Florianópolis em outubro de 2013, registrou-se o GT 44, intitulado *Feminismo Transgênero ou Transfeminismo*⁸, que denunciava essa associação limitada feita entre gênero e biologia, cujo efeito principal é a negação da feminilidade das mulheres transexuais e travestis.

Esta provocação feita pelo grupo de trabalho está em sintonia com algumas leituras feitas pela historiadora Joan W. Scott: a de que a base biológica continua sendo estruturante das construções de gênero possíveis. Algumas estudiosas, na esteira do pós-estruturalismo, levaram a cabo reflexões que ficaram conhecidas como *Estudos Queer ou Teoria Queer*. De

⁷ BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

⁸ Conforme disponível no site do evento: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/> Acesso em: 21 set. 2017.

forma bastante genérica, pode-se dizer que elas identificam esse *apego* ao biológico, ainda presente nos Estudos de Gênero, como um empecilho à compreensão do gênero para além do binário, bem como a ocultação de sexualidades não enquadradas na heteronormatividade.

Compreende-se, pois, que o Transfeminismo materializa uma crítica à noção corrente, mesmo nos feminismos: a defesa de que o uso do substantivo mulher só pode, ou merece, ser corretamente empregado para nomear corpos com vagina e seios⁹. O lugar do sexo dito biológico é reivindicado como comprovação de uma suposta verdade da experiência de gênero, neste caso, o feminino.

A reiteração desta definição é problemática em dois aspectos centrais: o primeiro no que diz respeito há uma essencialização da mulher (e do feminino); o segundo no que tange à universalização de uma experiência que desconsidera diversas variáveis – de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, geracional. Ainda que por vezes certas generalizações possam ser definidas como estratégias, e invocadas em favor de determinadas ações políticas, há de se ter o cuidado para que elas não engessem e inviabilizem o próprio movimento que pretendem colocar em curso.

Como demonstrado por Henrietta Moore¹⁰, desde a década de 1960 muitos estudos têm contribuído para minar a ideia de sujeito universal e essencial, conforme fora propalado pelo Iluminismo. Com isso, novos sujeitos, novas formas de produção da subjetividade ganham mais visibilidade. Passam a ser corpos que importam para as pesquisas realizadas, sujeitos que passam a figurar nas páginas dos livros de história; passam a existir.

De Lacan na Psicanálise, passando por Roland Barthes e Jacques Derrida, na Semiótica e Filosofia da desconstrução, chegando a Michel Foucault, com sua análise sobre a história da produção dos discursos e dos saberes, percebemos uma tessitura de práticas discursivas diversas que contribuem para novas e mais criativas formas de compreensão dos sujeitos. Esses e outros autores e autoras concebem que o sujeito é formado por uma

⁹ Para verticalizar o debate pode-se perceber, por exemplo, a adoção do termo cisgênero como uma demarcação de particularidades, tal como aplicara-se às/aos transgêneras/os. Evidencia-se, com isto, que este é um campo de disputas políticas intensas e em curso, cujos desdobramentos podem ser verificados, por exemplo, com a criação do Transfeminismo, cujo registro em língua portuguesa por ser visto na recente publicação organizada por Jaqueline Gomes de Jesus, *Transfeminismo: teorias e práticas*.

¹⁰ MOORE, Hanrietta. The problem of explaining violence in the Social Sciences. In: GOW, Peter e HARVEY, Penelope (eds). *Sex and Violence – Issues in Representation and Experience*. New York: Routledge, 1994, p. 140-1.

multiplicidade de posições (contraditórias ou não) historicamente localizáveis. Em um texto sobre as revoltas que ocorrem na história, Michel Foucault lembra que:

Um delinquente arrisca a sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas contam melhor do que outras e falam a essência do verdadeiro. Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. Questão moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as desilusões da história de nada valem; é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não têm a forma de evolução, mas justamente a da história.¹¹

Além de reconhecer e defender a história como uma ferramenta na produção do conhecimento, Foucault destaca a relevância em se desnaturalizar olhares que o tempo sedimenta como naturais. Essa perspectiva é fundamental e pode ser transposta para as análises de gênero. É esse eixo de análise que permite com que autoras como a filósofa Judith Butler compreendam o gênero como parte de um processo de repetição reiterativa¹², perpassado por uma dinâmica espaço-temporal específica para cada sociedade, integrando uma trama que envolve raça, cor, geração, classe e local de moradia.

Esse entendimento auxilia a compreender como e porque as feminilidades e masculinidades são produzidas e reproduzidas nas práticas e instituições sociais e são dispostas de forma hierárquica. Mais do que apenas identificar a existência das desigualdades, torna-se possível perscrutar os meandros desse sistema e mapear o modo como se dá a criação de modelos a serem seguidos – modelos de masculinidades e feminilidades, ainda que tais modelos possam ser identificados como ideais ou utópicos.

É provocadora a ideia de Judith Jack Halberstam¹³ ao apostar no fracasso como uma forma de produção das subjetividades; com isso o autor¹⁴ contribui para se pensar o

¹¹ FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: _____. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 80.

¹² BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 199.

¹³ HALBERSTAM, Judith Jack. Repensando o sexo e o gênero. In: MISKOLCI, Richard e PELÚCIO, Larissa (orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

¹⁴ Utilizo a indicação do autor no masculino, embora em sua referência apareça um prenome feminino, já que o mesmo viveu uma transição de gênero e atualmente assume o nome de Jack Halberstam, embora nas referências bibliográficas ainda apareça seu prenome Judith.

quão utópica, e contraproducente pode ser a noção de um sujeito verdadeiro. Halberstam propõe que se alimente o antiutopismo, ou seja, olhar para aquilo/aquele que está ali; não somos aqueles que iremos nos realizar, somos apenas aqueles que ali estão, nas dobras, faltas e falhas. Para além das críticas cabíveis a esta leitura, vista por vezes como uma apologia do fracasso, é interessante apreender seu caráter positivador. Na medida em que materializa e confere legitimidade às experiências reais que constituem sujeitos historicamente (in) possíveis, esta análise faz com que o sujeito universal fique nu, denunciando seu caráter irreal, fantasmagórico. Halberstam defende a apresentação da:

... genealogia de um feminismo antissocial ou anti-humanista, ou ainda contraintuitivo, o qual surge do queer, do pós-colonial e dos feminismos negros, e que pensam nos termos da negação do sujeito ao invés de em sua formação. Nessa genealogia queer feminista (...) não encontramos nenhum sujeito feminista, mas apenas sujeitos que não podem falar, que recusam falar. Sujeitos que desfazem, que recusam ser coerentes. Sujeitos que recusam “ser” onde ser já foi definido nos termos de um sujeito liberal autoativo, que conhece a si mesmo.¹⁵

Neste artigo, Halberstam contribui com outro ponto que muito interessa ao argumento central desse texto, e que também parece ser uma das bandeiras mais caras aos feminismos (e outros movimentos sociais), além de estar em fina sintonia com a noção que estou pensando sobre modos de vida prescritivos: a ideia/noção de liberdade.

Desde muito tempo as feministas colocaram em pauta a questão da liberdade das mulheres, começando, talvez, com o direito ao voto e, mais recentemente, com o direito ao próprio corpo – do controle da reprodução à gestão dos prazeres. Toda esta luta teve e tem grande relevância social e histórica e contribuiu para transformações fundamentais na vida das mulheres. Todavia, parece haver aí um aspecto que faz chamar a atenção: a liberdade é colocada como um valor universal e a-histórico.

Já nas últimas décadas do século 20, as críticas à homogeneização da categoria mulher dentro do próprio feminismo começaram a surgir. No contexto estadunidense, a filósofa Angela Davis, cuja prisão da década de 1970 gerou protestos dentro e fora dos Estados Unidos, já denunciara o quão relevantes eram as questões de classe e raça nas

¹⁵ HALBERSTAM, 2012, p. 128-9.

análises sobre as diversas formas de violência e opressão às quais estavam submetidas as mulheres negras¹⁶.

Também não se pode desconsiderar que o processo de globalização, de maneira geral, contribuiu para que outras realidades, fora do eixo Ocidental, ganhassem alguma visibilidade. Pesquisadoras que voltaram seus olhares para além dos Estados Unidos e Europa conseguiram apresentar em seus trabalhos as experiências formadoras de mulheres que não se enquadram nestes valores universalizantes. Neste movimento, identificado muitas das vezes como Estudos Pós-Coloniais, autoras como Saba Mahmood, Veena Das e Grace Cho problematizam a realidade indiana, sul-africana e coreana, dentre outras. É neste cenário ainda que Lila Abu-Lughod, antropóloga da Universidade de Columbia, oferece uma crítica ao feminismo Ocidental por ter uma pretensão colonizadora e salvacionista¹⁷.

Na década de 1990 as antropólogas Carol Vance e Gayle Rubin criticaram as feministas dos anos de 1970 que atacavam radicalmente a pornografia, identificada como prática reiterativa das violências contra as mulheres. Tais autoras, não ingenuamente, percebiam o potencial político e prazeroso de tais práticas, vendo-as como possíveis e produtivas para compreensão da reprodução pura e simples da dominação. Por aproximação, podemos pensar que mesmo a repetição de processos de dominação e de práticas consideradas violentas ensejam caminhos de redefinição, negociação e modificação daquilo que é (re) produzido. Tal como sugere Butler, ao falar das normas de gênero: “Na medida em que as normas de gênero são reproduzidas, elas são invocadas e citadas por práticas corporais que também têm a capacidade de alterar as mesmas normas no transcurso de sua citação”¹⁸.

A pesquisa de Saba Mahmood com mulheres islâmicas no Cairo, Egito, também reforça essa crítica ao modelo liberal que pretende prescrever às mulheres um modelo

¹⁶ OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados: a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex æquo*, n. 22. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres - APEM, 2010, p. 29.

¹⁷ ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, 2012.

¹⁸ BUTLER, Judith. El reglamento del género. In: _____. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006, p. 83.

No original: En la medida en que las normas de género son reproducidas, estas son invocadas y citadas por prácticas corporales que tienen también la capacidad de alterar las normas en el transcurso de su situación.

pronto de liberdade e supostos direitos que estas deveriam almejar. Mahmood reitera a historicidade desses conceitos:

Se reconhecemos que o desejo de liberdade ou de subversão das normas não é um desejo inato que motiva a todos o tempo todo, mas que é permeado pelas questões culturais e históricas a todo o tempo, então surge a questão: como analisamos as operações de poder que constroem diferentes corpos, saberes e subjetividades cujas trajetórias não almejam a políticas liberais?¹⁹

Com isto, Mahmood denuncia e problematiza os limites das visões universalistas que acabam colonizando os desejos e práticas dessas mulheres islâmicas, reduzindo-as à categoria de vítimas na medida em que não se engajam nesse repertório liberal da noção de liberdade. A autora ainda expõe uma dificuldade em pensar a agência apenas nos marcos de uma resistência direta e aberta, de modo radical (talvez um modo Ocidental e “óbvio”). A partir da leitura de Mahmood, torna-se possível e viável a observação de que o processo de agência supera os marcos de uma noção clássica de resistência, sendo necessário compreender como ela ocorre no interior das próprias normas, fazendo-as de uma nova maneira. Segue daí a crítica feita à Butler, para quem as normas seriam subvertidas ou reiteradas simplesmente.

É interessante observar, ainda, que a ideia de liberdade está conectada a outra noção facilmente tomada como uma categoria pronta e acabada: a de violência. A ideia de que a violência destrói, mata e significa o fim dos corpos e dos sujeitos é novamente desconstruída quando temos acesso às pesquisas de Michel Taussing e Alan Feldman. Taussing em *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*²⁰, investiga a produção de sujeitos a partir de um repertório de violências e os usos sociais que se tem do terror. Ele percebe como uma economia do terror é arquitetada para dar forma a um modelo específico de sociedade povoada por sujeitos fragmentados. Em sua narrativa também fragmentada, o terror é produzido naquilo que o autor denomina de espaço da morte; ao mesmo tempo

¹⁹ MAHMOOD, Saba. *Politics of piety: the Islamic revival and feminist subject*. Princeton University Press, 2005, p. 14. No original: If we recognize that the desire for freedom from, or subversion of, norms is not an innate desire that motivates all beings at all times, but is also profoundly mediated by cultural and historical conditions, then the question arises: how do we analyse operations of power that construct different kinds of bodies, knowledges, and subjectivities whose trajectories do not follow the entelechy of liberatory politics?

²⁰ TAUSSING, Michael. “Cultura do terror, espaço da morte”; “De Casement a Grey”; “A economia do terror”. In: _____. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

que mata, faz viver, mas este viver significa habitar um espaço específico, um espaço de terror e horror.

Numa sequência semelhante, Alan Feldman extrai o potencial político de processos escatológicos, considerando que processos violentos instituem repertórios, memórias e subjetividades. *Formations of violence*²¹ é uma apresentação do quão política pode ser a abjeção quando sujeitos marginalizados usam de sua própria experiência abjeta para constituir um efeito político específico, que é um processo de agência.

Dessas leituras que pretendem compreender a historicidade dos processos sociais e as categorias que criamos para nomeá-los, emergem novas possibilidades de problematização das subjetividades. No cenário acadêmico brasileiro é importante citar a contribuição de Maria Filomena Gregori. Em *Cenas e queixas*²² a autora critica a narrativa de denúncia presente na violência conjugal (mulher-vítima e homem-culpado) por considerar que ela reforça a ideia de violência à priori, cujo traço seguiria uma linha evolutiva que iria do tapa à morte. Como demonstrado pela autora, os repertórios de violência são muito mais nuançados e complexos do que aparentam. Com isso, oferece, também, uma crítica ao feminismo tradicional que não sabe dialogar com esta pluralidade e acaba por reforçar a vitimização das mulheres. Perguntar-se sobre os sentidos e formas que a violência e a liberdade podem assumir em diversos contextos sociais, com suas especificidades temporais e espaciais, torna-se uma tarefa imprescindível para nuançar as complexidades presentes na produção dos sujeitos.

Contribuindo para este exercício, outra autora brasileira oferece elementos para se pensar com mais densidade sobre as violências. A antropóloga Miriam Pillar Grossi pontua que o gênero e a violência são categorias historicamente constituídas e, portanto, não naturais, mas marcadas por variações significativas no tempo e no espaço²³. Tal assertiva, que parece simples e pode até mesmo ser tomada como óbvia, é de uma densidade ímpar, na medida em que chama a atenção para o cuidado teórico e metodológico que deve estar implicado na construção das análises que fazemos, sempre na perspectiva de não naturalizar tais noções.

²¹ FELDMAN, Alan. *Formations of Violence: The Narrations of the Body and Political Terror in Northern Ireland*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

²² GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas*. In: _____. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Anpocs/Paz e Terra, 1993. p. 123-198.

²³ GROSSI, Miriam. *Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil*. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, Número Especial: 473-485, 1994.

É neste percurso, por exemplo, que vemos a materialização da ideia de Butler (inspirada em Foucault e outros) de que o gênero não age sobre um indivíduo tomado como sujeito pré-existente, mas age e forma tal sujeito. Não havendo, portanto, um sujeito antes do gênero; segundo Butler: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performatividade constituída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados.”²⁴

Apresentando um posicionamento abertamente político²⁵, Butler radicaliza com a noção do corpo como um elemento cultural. Transitando no campo da Filosofia e da Psicanálise, ela argumenta que o corpo é uma construção e que só passa a existir a partir do momento em que recebe sua marca de gênero, observando que o próprio sexo é estabelecido como um elemento pré-discursivo. “Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo.”²⁶. Para ela os sujeitos são criados a partir de suas marcas de gênero que, por sua vez, são elaboradas a partir de um padrão de desejo heterossexual utilizado até mesmo para aqueles cujas elaborações sejam socialmente sancionadas como transgressoras.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual.²⁷

Segundo Butler²⁸, os corpos abjetos são aqueles que não se enquadram nos padrões ditados pelo sistema hegemônico, e este deslize faz com que percam, em partes, o status de humano. Isto, como destacado por Louro²⁹, dá suporte à compreensão de que os discursos não habitam simplesmente os corpos; eles (os discursos) moldam e definem parte desses corpos e sua pertinência ao histórico regime de verdade instituído na realidade.

²⁴ BUTLER, 2003, p. 48.

²⁵ Esse caráter político também é invocado por Beatriz Preciado. Em entrevista a Jesús Carrillo, ela constata que: “Si en un sentido político los movimientos queer aparecen como posgays, podemos decir que desde un punto de vista discursivo la teoría queer va a aparecer como una volta reflexiva sobre los errores del feminismo (tanto esencialista como constructivista) de los años ochenta: el feminismo liberal, o emancipacionista, es denunciado una vez más desde sus propios márgenes como una teoría fundamentalmente homófoba y colonial.” CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. *Cadernos Pagu*, 2007, p. 375-405, p. 379.

²⁶ BUTLER, 2003, p. 25.

²⁷ BUTLER, 2003, p. 45.

²⁸ BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

²⁹ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 80.

E sendo o gênero um conjunto de dispositivos, ou seja, de aparatos de poder que o definem, há brechas, lacunas e possibilidades de transgressão, ruptura e mudanças. Tais particularidades são percebidas quando nos dedicamos a uma análise mais capilarizada de tais processos. Neste movimento o sujeito não é, necessariamente, um indivíduo, mas um conjunto de práticas e inteligibilidades baseadas em um poder soberano³⁰. Com isso pode-se indagar, por exemplo, como Butler faz em *Problemas de gênero*, quem seria o atual sujeito do feminismo? Com isso, abre-se espaço para uma reflexão intensa num campo de saber e poder que se quer tão seguro e consolidado com suas certezas.

TERRITÓRIOS DO SABER E AS MARCAS DO PODER!

Por fim, é oportuno pensar sobre as dinâmicas de territorialização desses discursos que estão em andamento, tanto nos movimentos sociais quanto nas produções acadêmicas. E aqui é possível, e produtivo, pensar no território em duas dimensões: espacial e corporal. Espacial porque evidencia uma separação historicamente constituída entre Norte e Sul, Ocidente e Oriente, Metrôpoles e Colônias; um tal binarismo que institui os “desenvolvidos” como portadores da boa-nova e libertadores de todas as opressões que poderiam acometer povos “atrasados”, “primitivos” e esquecidos pelo tempo humano. E corporal porque cria zonas habitáveis para os corpos feitos sujeitos, ou as subjetividades instituídas a partir de corpos, bem como a maneira como cada carne merece ser moldada, enrijecida e esticada para assumir aspectos de legitimidade, no masculino ou feminino, na homossexualidade e heterossexualidade, nas marcas de classe, nas formas de falar – com sotaques ou tentando escamoteá-los.

Referindo-me ao binarismo, tenho em mente também a dicotomia que sustenta os discursos aos quais me refiro aqui, marcadamente os inscritos nos debates dos feminismos. De modo geral, arrisco dizer que o peso eurocêntrico (ocidentalizante), com ares de profecia libertadora, é colocado em pauta nestas falas universalizantes, cujo efeito principal se faz sentir nos processos de gestão da vida. Como analisado por Judith Butler, algumas vidas podem ser choradas, merecem ser compreendidas e constituídas como vidas que valem, ou corpos que pesam. Mesmo que esta produção seja feita após o fim da pulsação

³⁰ BUTLER, Judith. Violencia, duelo, política. In: _____. *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006, p. 73.

física, estas vidas serão válidas. Neste contexto, assume-se o peso político da morte, um evento que também é capaz de conferir humanidade aos corpos.

Butler acentua a importância do corpo para seu argumento, pois seria no corpo que as normas de gênero teriam sua dinâmica de reatualização permanente, onde o gênero seria uma chave fundamental para a humanização das vidas. Para ser considerado humano não basta estar vivo, é preciso que sua vida seja considerada digna de ser vivida, chorada, é preciso que seu corpo pese e importe. Estas normas que qualificam os corpos são um conjunto de técnicas e procedimentos que atuam na materialização de corpos, na produção de sentido sobre e a partir dele. O corpo individual está inscrito na ordem do público, faz parte de uma criação coletiva e participa dessa gestão da vida em curso na nossa sociedade. Talvez não se possa dizer que ele pertença exclusivamente ao sujeito: “Ainda que lutemos pelos direitos sobre nossos próprios corpos, os corpos pelos quais lutamos nunca são suficientemente nossos; o corpo tem uma dimensão invariavelmente pública”³¹.

Tal compreensão auxilia a ponderar sobre como e porquê qualificamos as vidas humanas e defendemos a existência e proteção de algumas delas, de modo que uma simples ameaça contra elas basta para que exércitos inteiros sejam mobilizados, guerras declaradas e o mundo fique em alerta; enquanto que outras vidas não merecem tal atenção, sequer são qualificadas como vidas que valham a pena³².

Estes empreendimentos que atuam na territorialização dos corpos e experiências também integram os repertórios de gestão dos prazeres, nos quais muitas vezes são criadas possibilidades que tencionam os limites da sexualidade.

Maria Filomena Gregori estabeleceu a ideia de limites da sexualidade como uma tentativa de verticalizar a leitura feita por Carol Vance, nos anos de 1980, sobre a tensão existente na sexualidade das mulheres que viveriam entre o prazer e o perigo. É nesta chave analítica que diversos trabalhos foram realizados, principalmente os que abordaram a indústria da pornografia e práticas BDSM, popularmente conhecidas como sadomasoquistas.³³

³¹ BUTLER, 2006, p. 52. No original: “Aunque luchemos por los derechos sobre nuestros propios cuerpos, los cuerpos por lo que luchamos nunca son lo suficientemente nuestros. El cuerpo tiene una dimensión invariablemente pública.”

³² BUTLER, 2006, p. 58.

³³ Ver os trabalhos de: LEITE Jr., Jorge. Monstros, bufões e freaks: riso, medo e a exclusão dos anormais. In: *Boca Larga* - Caderno dos Doutores da Alegria, Nº 2, 2006; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010; FACCHINI, Regina. Rainhas e escravas numa comunidade BDSM paulistana. In: *Entre umas e outras: mulheres*,

Essas discretas reflexões sobre a ideia e prática de liberdade, a violência e as subjetividades, podem ajudar, de alguma maneira, a refletir sobre a emergência de um elemento que parece integrar as dinâmicas de produção dos sujeitos: os processos de subjetivação. Presente nas tramas do poder, nas redes de saber e na proliferação de corpos e subjetividades, a prescrição surge como uma mão, ou um corpo, invisível que direciona os discursos, as lutas políticas em dimensão micro e macro, tornando possível a presença da dominação, do controle e da citação normativa em movimentos, trajetórias e saberes que parecem sugerir, incitar e permitir a transgressão, o rompimento e a criação do novo.

Pensar sobre a prescrição como um elemento que pode estar presente nessa dinâmica de produção de si, dos prazeres e desejos, é como que um incômodo partilhado, uma autocrítica em busca das incertezas. Como propusera Foucault, é preciso pensar sobre o que temos feito de nós mesmos; como e porque ainda temos produzido corpos que pesam e corpos que nada valem. Mesmo nos espaços de reconhecida luta por igualdade, diversas hierarquias são reinventadas e outros tantos corpos continuam nada valendo. Muitas vezes os grupos que se apresentam e são legitimados como transgressores e/ou revolucionários, podem simplesmente reatualizar a dinâmica de um sistema normativo que é responsável pela prescrição, enquadramento e hierarquização de experiências, vivências e subjetividades.

Não se trata de fazer concessões às desigualdades, pactuar com os discursos que historicamente provocaram e promoveram a exclusão e a criação de corpos que não pesam, conforme sugere Butler³⁴. Entretanto, é preciso, possível e urgente uma oxigenação das reflexões e a superação da dicotomização que ainda impera em muitas análises. Esse exercício pode abrir espaço para as fissuras, os silenciamento e as antiutopias de Halberstam.

PROVOCAÇÕES FINAIS

Nessa profusão de textos, reflexões e imagens, evidencia-se o quão restritivas podem ser as possibilidades de experimentação do corpo. Até mesmo para aqueles que se

(homo)sexualidade e diferenças na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado de Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2008.

³⁴ BUTLER, 2010.

dedicam a pensar e problematizar as questões que envolvem, se materializam e partem do corpo. É no mínimo sintomático observar que algumas leituras ou imagens³⁵ possam provocar ânsia de vômito, horror e estranhamento profundo.

Essas experiências que compõem repertórios não tradicionais, ou não tão abrangentes, são classificadas, estigmatizadas e segmentadas. Produz-se uma curiosidade e comoção social quando certas práticas que sugerem a erotização do corpo são visibilizadas e passam a requerer o estatuto de legítimas. A ideia de que se trata de algo exótico ganha força e passa a localizar tais práticas, corpos e produzir sujeitos.

Em *Prazeres perigosos*³⁶, Maria Filomena Gregori observa que as práticas eróticas não apagam as diferenças, pelo contrário, essas diferenças produzem e assinalam tensões de poder assimétricas; assim, o erotismo seria um tensor que organiza e potencializa as diferenças sociais, mas não consegue apresentar uma solução para tal problema. Neste sentido, Gregori destaca que existe uma tensão permanente entre prazer e perigo; o prazer não apaga os riscos envolvidos no processo de produção dos prazeres da e na carne. E é justamente esta relação entre prazer e perigo que compõe o que ela denomina de limites da sexualidade.

A leitura de Gregori é profícua para refletir sobre a ideia de prescrição de um modo de vida, ou um *modo de vida prescritivo*. Toda esta tradição de estudos que tem em Marquês de Sade e Sacher-Masoch dois grandes nomes, dá conta de um repertório de possibilidades eróticas e sexuais que provocam um questionamento sobre os usos possíveis e (in) pensáveis do corpo.

Literatura, medicina e os estudos acadêmicos, em temporalidades e espacialidades próprias, cada qual com seus propósitos políticos específicos, por vezes conflitantes, se dedicaram a descrever as práticas do corpo que parecem impensáveis, que causam nojo, repulsa e horror; na mesma medida, talvez, que são capazes de atrair e provocar fascínio.

³⁵ Refiro-me aqui principalmente às últimas sessões do curso, sobre erotismo, fetiches e pornografia. Uma das sessões previa a leitura de Sacher-Masoch, Marquês de Sade e Deleuze. O repertório de imagens criadas é no mínimo instigante. Vale aqui a observação desenvolvida por Susanna Paasonen, sobre a afetação carnal, ou seja, as sensações causadas naqueles que assistem o pornô. Ver: SACHER-MASOCH, Leopold. *A Venus das Peles*. Lisboa: Edição Livros do Brasil. SADE, Marquês de. *Los 120 días de Sodoma o la escuela del libertinaje*. Madrid: Ediciones Akal, 1978.

³⁶ GREGORI, Maria Filomena. S/M. In: *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. Tese de livre docência. Unicamp. 2010, p. 167-200.

Jorge Leite Jr.³⁷ pontua o valor da pornografia bizarra na atualidade, e compara-a a certo fascínio que se tinha pelos *freaks shows* nos séculos precedentes.

A questão que parece estar ao fundo não é exatamente o que se vive ou como os seres humanos (e não humanos) são feitos sujeitos a partir de e por meio das práticas sexuais e eróticas³⁸ que experienciam; mas os usos políticos e pedagógicos que são feitos dessas práticas.

Há de se pensar nessa dimensão do político, pois se constata uma reatualização das normas e a imposição de um novo modo de vida, o que pode ser compreendido como uma prescrição, uma determinação de como deve ser, negando-se a possibilidade de autonomia na gestão dos corpos. Os corpos feitos sujeito são dispostos segundo sua adequação (e respeito) ao sistema normativo que lhes é imposto.

Uma “saída” interessante é indicada por diversos/as autores e autoras que percebem movimentos de agência e resistência em realidades nas quais a dor, dominação e violência aparentemente sugerem o fim, a destruição. Não é justo atribuir tal percepção a uma suposta flexibilização e relativização antropológica; pois é por meio deste exercício, quase que hercúleo, que podemos compreender, sob os mais diversos aspectos, que as subjetividades são de fato plurais.

A força normativa das prescrições é tal que as práticas eróticas e/ou sexuais são apresentadas como desprezíveis, são sentidas como um verdadeiro insulto, de modo que aqueles e aquelas que a integram são vistos como sujeitos abjetos. Prazer e pesar são elementos acionados como importantes marcadores das subjetividades.

O cultivo do erótico e do exótico é feito, muitas das vezes, como algo distante do cotidiano, e talvez por isso seja tão instigante tentar buscar nesse distante uma aproximação com o trivial, o próximo, aquilo que nos é dado como comum. Talvez nos deparemos com indícios do *exótico* em nossas próprias práticas, o inimaginável que modula nossos corpos.

Nesse movimento de desfazer-se, em que podemos perceber a falta, a fratura, o não existente, é que assumimos aquilo que somos como sujeitos. Não há um sujeito verdadeiro,

³⁷ LEITE Jr., 2006.

³⁸ As práticas que são eróticas não são necessariamente sexuais. O erotismo é algo mais amplo e complexo do que o ato sexual. Esta é uma questão que pode ser aprofundada com as leituras de textos sobre os fetiches de humilhação e pornografia bizarra de Jorge Leite Jr. e Maria Elvira Díaz-Benítez. Ver: DÍAZ BENÍTEZ, María Elvira. Sexo com animais como prática extrema no pornô bizarro. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 38, p. 241-279, 2012.

dado no futuro utópico, mas muitos sujeitos do antiutopismo proposto por Judith Jack Halberstam, aqueles que estão ali, nas dobras, nas falhas, nas faltas.

Volto aqui à reflexão de Saba Mahmood ao desnaturalizar a ideia de liberdade como um valor universal e natural, demonstrando como esta simples noção pode ser normativa no liberalismo e no próprio feminismo. Inspirado e incitado por Mahmood, ensaio este encerramento, considerando que nossos ideais políticos estão encrustados nas categorias analíticas que usamos, muitas das vezes ainda apegados a um modelo liberal, colonizador e universal. Assim, criamos e perpetuamos um arsenal conceitual incapaz de compreender a legitimidade de outras formas de vida. Talvez fôssemos mais criativos e menos prescritivos se permitíssemos com que essas formas de vida afetassem com toda sua potência (des)construtiva os repertórios analíticos, as formas de saber e os conceitos que criamos cotidianamente.